



Simulado Final

CGM Cuiabá

Auditor Público Interno

Pós-edital

Simulado

Simulado CGM Cuiabá - MT (Auditor Público Interno)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Público Interno da CGM Cuiabá - MT**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/dGaBmLWZTVqc7jXY7>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 17 - A B C D E | 33 - A B C D E | 49 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 18 - A B C D E | 34 - A B C D E | 50 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 19 - A B C D E | 35 - A B C D E | 51 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 20 - A B C D E | 36 - A B C D E | 52 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 21 - A B C D E | 37 - A B C D E | 53 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 22 - A B C D E | 38 - A B C D E | 54 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 23 - A B C D E | 39 - A B C D E | 55 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 24 - A B C D E | 40 - A B C D E | 56 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 25 - A B C D E | 41 - A B C D E | 57 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 26 - A B C D E | 42 - A B C D E | 58 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 27 - A B C D E | 43 - A B C D E | 59 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 28 - A B C D E | 44 - A B C D E | 60 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 29 - A B C D E | 45 - A B C D E | 61 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 30 - A B C D E | 46 - A B C D E | 62 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 31 - A B C D E | 47 - A B C D E | 63 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 32 - A B C D E | 48 - A B C D E | 64 - A B C D E | 80 - A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***01.** Leia a frase abaixo:

O melhor que uma pessoa pode fazer em relação à desilusão é ignorá-la e virar-lhe as costas.

Assinale a afirmativa adequada em relação à sua estruturação ou significado.

- a) Os pronomes “la” e “lhe” possuem o mesmo referente.
- b) O termo “uma pessoa” tem significado específico.
- c) Há um erro no emprego da crase em “à desilusão”.
- d) Na frase deveria estar escrito “ignorar-lhe” e não “ignorá-la”.
- e) Em lugar de “virar-lhe” deveria estar escrito “virá-la”.

02. Assinale a opção que apresenta os vocábulos que não pertencem à mesma família.

- a) Fim, findar
- b) Barbeiro, barbicha
- c) Estudar, estudante
- d) luz, iluminar
- e) depredar, predador

03. Assinale a frase em que a modificação sugerida provoca mudança de sentido na frase original.

- a) lugar perfeito / perfeito lugar
- b) morte precoce / precoce morte
- c) certa versão / versão certa
- d) ardente terra / terra ardente
- e) nova estratégia / estratégia nova

04. Assinale a frase que exemplifica o caso de um adjetivo com valor adverbial.

- a) O time adversário era extremamente competente.
- b) O rápido sistema foi instalado nas repartições públicas.
- c) A professora falava macio, embora fosse bastante severa.
- d) O homem sério se aproximava do grupo de amigos.
- e) O homem chegou cansado.

05. Nas frases a seguir há várias formas de adjetivos referentes aos substantivos sublinhados.

Assinale a opção em que a forma de adjetivação está identificada inadequadamente.

- a) Parabenizaram o inteligente estudante. / adjetivo.
- b) A turma de iniciantes será apresentada nesta manhã. / locução.
- c) A encomenda de que falamos chegará atrasada. / oração adjetiva.
- d) Para aquele menino, seu pai era um super-herói / substantivo composto.
- e) A programação de inverno precisará ser adiada. / adjetivo.

06. Assinale a frase em que não está presente a construção de voz passiva com o pronome se.

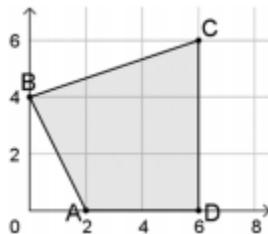
- a) O medo é o lugar onde se questiona a capacidade de crescer.
- b) Construíram-se sonhos no caminho.
- c) Nunca se acredita na capacidade da humanidade.
- d) Fez-se na última década um movimento ambientalista.
- e) Para além do desejo, ama-se o bom.

- 07.** A frase abaixo que não apresenta defeito de ambiguidade é:
- Os gerentes informaram aos administradores que não poderiam dar descontos.
 - Após a esposa passar mal, João ligou para sua mãe.
 - Chegaram ao local e instalaram um sistema rápido.
 - Maria pegou o suporte do relógio que estava em seu quarto.
 - Todos chegaram no horário que estava marcado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Um estande de tiro tem a forma de um quadrilátero ABCD. A figura a seguir mostra sua representação no plano cartesiano, onde cada unidade representa 20 metros.



Baseado no texto acima, responda às questões 8 E 9.

- 08.** Em dado momento, a atiradora Penélope corre do ponto A ao ponto C em linha reta, e o atirador Diego corre do ponto B ao ponto D também em linha reta. Quantos metros Penélope percorreu a mais que Diego?

- zero
- 25
- $20\sqrt{13}$
- $25\sqrt{13}$
- 50

- 09.** A área do estande de tiro é igual a:

- 10.000 m^2
- 10.200 m^2
- 10.400 m^2
- 10.600 m^2
- 10.800 m^2

- 10.** Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- no máximo dez gostam das duas marcas.
- no mínimo trinta gostam das duas marcas
- no máximo vinte gostam das duas marcas.

- 11.** Um órgão possui vinte servidores, dos quais dez são homens e dez são mulheres. Portanto, o número de comissões de cinco pessoas que se pode formar com três mulheres e dois homens é:

- 3600
- 1650
- 5.450
- 5.400
- 5.800

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

12. Sobre o ciclo orçamentário, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A elaboração da proposta orçamentária compreende a consolidação do projeto da lei orçamentária anual pelo Poder Executivo, abrangendo as propostas orçamentárias dos demais Poderes, seguida do envio ao Poder Legislativo para apreciação.
- () A execução orçamentária engloba a aplicação dos créditos alocados no Orçamento Geral da União, compreendendo estágios da receita, como arrecadação e recolhimento.

() A avaliação orçamentária compreende a análise do alcance das metas estabelecidas na LOA, a execução dos programas governamentais e os orçamentos da União. Além disso, inclui a avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como na aplicação de recursos por entidades de direito privado.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – F.
- b) V – F – F.
- c) F – F – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – F.

13. Considere o trecho destacado a seguir, extraído de um documento disponível no site da Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará:

“Artigo 6º A receita do Orçamento de Investimento das Empresas é estimada em R\$ 23.387.858,00 (vinte e três milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), decorrerá da transferência de recursos do Tesouro do Estado e da geração de recursos próprios, conforme a seguinte classificação”:

Especificação	Total
Geração própria/outras recursos de longo prazo	R\$ 14.647.299
Recursos para aumento do patrimônio líquido/Tesouro	R\$ 8.740.559
Receita total	R\$ 23.387.858

A análise do trecho possibilita afirmar que a sua fonte:

- a) corresponde a um dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
- c) se refere a um subsídio para acompanhamento da programação financeira anual do ente;
- d) no caso do Orçamento da Seguridade Social, a complementação dos recursos para financiar a totalidade das despesas de seguridade, quando necessário, provém de transferências do Orçamento Fiscal;
- e) especifica também as metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

14. A transferência voluntária corresponde à entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira. Sobre a disciplina das transferências voluntárias previstas na Lei Complementar nº 101/2000, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Não considera os valores destinados ao Sistema Único de Saúde;*
- II. *Sua realização está condicionada à comprovação, por parte do beneficiário, de cumprimento dos limites legais e constitucionais relativos à educação, à saúde e à segurança;*
- III. *Exige a previsão orçamentária de contrapartida a ser comprovada pelo cedente;*
- IV. *A realização da transferência prescinde de comprovação, por parte do beneficiário, de observância dos limites de inscrição em restos a pagar.*

Está correto o que se afirma em

- a) I, III e IV, somente.
- b) III e IV, somente.
- c) I e IV, somente.
- d) III, somente.
- e) I, somente.

15. Um servidor, recém-empossado e lotado na Controladoria Geral do Município de Caucaia, foi designado para revisar o Anexo de Metas Fiscais do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, antes que este fosse submetido à apreciação do Câmara Municipal.

Ao analisar o quadro de metas anuais, em valores correntes e constantes, o servidor considerou inconsistente a inclusão de metas relativas:

- a) a despesas primárias ou não financeiras;
- b) à avaliação da situação financeira e atuarial;
- c) ao montante da dívida pública consolidada;
- d) aos dois exercícios seguintes àquele a que o projeto se refere;

- e) a receitas e despesas totais do exercício.

16. Assinale a opção que indica uma operação que não se equipara às operações de crédito, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- a) Parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não-financeiras, desde que não impliquem elevação do montante da dívida consolidada líquida.
- b) A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
- c) A assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências para a geração de despesa.
- d) O recebimento antecipado de valores de empresa em que o poder público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.
- e) A assunção direta de compromisso, a confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

17. O planejamento estratégico é fundamental para ajudar organizações a definir sua direção de longo prazo. Qual das seguintes opções melhor descreve um elemento essencial do planejamento estratégico em uma empresa?

- a) Realizar reuniões diárias para discutir mudanças operacionais imediatas.
- b) Determinar os preços dos produtos com base na concorrência.
- c) Estabelecer metas claras e objetivos de longo prazo que alinhem todos os departamentos.
- d) Contratar funcionários temporários para projetos de curto prazo.
- e) Focar em tarefas diárias sem considerar o contexto mais amplo da empresa.

18. O controle de políticas públicas pode ser exercido em diferentes momentos ao longo do ciclo de uma política. Qual das seguintes opções melhor descreve um exemplo prático que ilustra o controle "ex-post", um dos momentos do controle na gestão pública?

- a) Uma prefeitura implementa uma nova política de zoneamento e decide realizar audiências públicas antes de finalizar os regulamentos, para garantir a conformidade com as necessidades locais e leis vigentes.
- b) Um órgão de fiscalização realiza auditorias regulares durante a execução de um programa de construção de escolas para assegurar que os fundos estão sendo usados conforme o planejado e evitar desvios.
- c) Após a implementação de um programa de vacinação, um departamento de saúde pública analisa os dados de cobertura vacinal e eficácia para avaliar o sucesso do programa e identificar áreas para melhorias futuras.

d) Antes de lançar uma iniciativa de revitalização urbana, um governo municipal conduz uma análise de impacto ambiental para prever possíveis efeitos negativos e planejar medidas de mitigação.

e) Uma agência governamental revisa e ajusta seus procedimentos internos de compra antes de iniciar um grande projeto de infraestrutura, para melhorar a eficiência e reduzir riscos de corrupção.

19. Theodore Lowi classificou as políticas públicas em categorias distintas com base em seus efeitos e nos processos políticos que elas envolvem. Qual das seguintes opções melhor ilustra o conceito de políticas "constitutivas" de acordo com a tipologia de Lowi?

- a) Uma política que estabelece normas rigorosas para a emissão de poluentes por fábricas, visando reduzir a poluição ambiental e promover a saúde pública.
- b) Um programa governamental que redistribui renda através de impostos progressivos e benefícios sociais para reduzir a desigualdade econômica.
- c) Uma legislação que reforma o processo eleitoral, modificando as regras para registro de partidos políticos e a condução de eleições.
- d) Um subsídio oferecido pelo governo para apoiar a agricultura local, garantindo preços mínimos para produtos agrícolas e ajudando a estabilizar a economia rural.
- e) Uma política que fornece acesso gratuito à educação superior para estudantes de baixa renda, visando melhorar as oportunidades educacionais e promover a igualdade de acesso.

20. Uma cidade implementou uma nova política pública de transporte com o objetivo de reduzir o congestionamento no centro urbano. A política inclui o aumento da frequência dos transportes públicos, a implementação de faixas exclusivas para ônibus e a restrição de estacionamento em áreas chave. Após um ano, avaliações foram realizadas para determinar o sucesso da política. Com base nos seguintes resultados, qual foi o desempenho da política em termos de eficiência, eficácia e efetividade?

Resultados Observados:

Redução de 30% no congestionamento nas horas de pico.

Aumento de 40% na utilização do transporte público.

Custo de implementação 20% acima do orçamento inicialmente previsto.

- a) A política foi eficaz e efetiva, mas não eficiente, pois superou o orçamento previsto, indicando um uso de recursos maior que o planejado.
- b) A política foi eficiente, mas não eficaz, já que o aumento de custos mostra que os recursos não foram utilizados de maneira ótima.
- c) A política foi eficaz e eficiente, mas não efetiva, pois não há indicação de que a redução no congestionamento será sustentável a longo prazo.
- d) A política foi efetiva e eficiente, mas não eficaz, porque, apesar de reduzir o congestionamento, o custo excessivo sugere uma alocação subótima de recursos.
- e) A política foi eficaz, eficiente e efetiva, já que alcançou os resultados desejados, utilizou os recursos de maneira ótima e promoveu mudanças duradouras.

21. Considere que uma agência governamental está planejando revisar sua estratégia de segurança pública em resposta a um aumento nas taxas de criminalidade urbana. A agência decidiu utilizar a análise SWOT para orientar sua estratégia. Qual das seguintes opções melhor representa uma aplicação efetiva e complexa da análise SWOT neste contexto?

- a) Concentrar-se predominantemente nas forças existentes, como recursos tecnológicos avançados, para desenvolver ações imediatas que respondam às oportunidades identificadas pela recente mudança na legislação sobre segurança pública.
- b) Identificar as fraquezas, como a falta de pessoal qualificado, e as oportunidades, como financiamento adicional disponível, para formular um plano que reforce a capacidade da força policial por meio de treinamento e recrutamento.
- c) Analisar as ameaças externas, como o aumento das atividades de gangues, e as forças, como a boa relação da polícia com a comunidade, para adaptar as táticas de patrulhamento e engajamento comunitário.
- d) Usar a análise SWOT para prever e mitigar potenciais ameaças legais decorrentes da implementação de novas tecnologias de vigilância, enquanto explora as oportunidades para parcerias com agências de segurança privadas.
- e) Realizar uma análise SWOT que examine de forma equilibrada como as forças internas podem mitigar as ameaças externas, enquanto explora oportunidades de cooperação interagencial e reconhece as fraquezas na infraestrutura de dados existente.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

22. Em Cuiabá, o prefeito nomeou seu sobrinho para o cargo de Secretário Municipal de Educação. A nomeação gerou controvérsias na Controladoria-Geral do Município, que questionou a medida com base nos princípios constitucionais e na jurisprudência do STF sobre nepotismo em cargos políticos. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) O princípio da moralidade administrativa torna inválida qualquer nomeação de parentes, independentemente de qualificação técnica ou do cargo ocupado.
- b) Parentes de terceiro grau, como o sobrinho, não estão abrangidos pelas restrições da Súmula Vinculante nº 13, que trata do nepotismo.
- c) A jurisprudência do STF acerca do nepotismo deixa claro que a Súmula Vinculante nº 13 não se aplica a cargos políticos, como o de Secretário Municipal, tornando a nomeação válida em qualquer hipótese.
- d) A nomeação de parente para cargos comissionados é justificada caso haja comprovação de capacidade técnica e ausência de favorecimento pessoal.
- e) A validade da nomeação para cargo político pode ser mantida caso o nomeado possua qualificação técnica e não fique demonstrada fraude à legislação, favorecimento pessoal ou mera troca de favores.

23. Sobre os agentes de fato na Administração Pública, é correto afirmar que o agente necessário:

- a) É regularmente investido em cargo público, mas atua em situação emergencial e de caráter temporário.
- b) Atua em situações de urgência, sem vínculo formal com o poder público, mas com legitimidade reconhecida para seus atos.
- c) Exerce função pública com base em investidura irregular, mas com presunção de legitimidade.

d) É um cidadão convocado para funções honoríficas, exercendo-as sem remuneração e vínculo com a Administração.

e) Exerce função pública por delegação do poder público, com autorização para representar a Administração em situações específicas e temporárias.

24. O poder que autoriza a Administração Pública a fiscalizar e punir infrações funcionais de servidores, bem como de particulares vinculados por contrato administrativo, é o:

- a) Poder hierárquico
- b) Poder regulamentar
- c) Poder de polícia
- d) Poder disciplinar
- e) Poder discricionário

25. Um contribuinte teve um pedido de isenção de IPTU deferido com a seguinte justificativa no ato administrativo: "Considerando que o imóvel é utilizado exclusivamente para fins religiosos e com base na legislação tributária vigente, concede-se a isenção." O elemento do ato administrativo que se refere aos fundamentos de fato e de direito utilizados para embasar essa concessão é:

- a) Competência
- b) Finalidade
- c) Forma
- d) Motivo
- e) Objeto

26. Um servidor público aplicou uma penalidade administrativa a um comerciante por ocupação irregular de espaço público. No entanto, verificou-se que a verdadeira razão para a sanção foi uma disputa pessoal entre o servidor e o comerciante, ainda que o ato possuísse previsão legal e o agente fosse competente. Nesse caso, caracteriza-se:

- a) Retrocessão administrativa
- b) Excesso de poder
- c) Tredestinação própria
- d) Ininvalidação do ato por motivo vinculado
- e) Desvio de finalidade

27. Durante a execução de obras em uma avenida, um caminhão da Prefeitura de Cuiabá, conduzido por um servidor em serviço, danificou o muro de uma residência. Com base na responsabilidade civil objetiva do Estado, quem deverá responder pelo dano causado?

- a) O município, com possibilidade de ação regressiva contra o agente público em caso de dolo ou culpa.
- b) Apenas o município, indiretamente.
- c) Apenas o agente público, diretamente.
- d) O agente público e o município, subsidiariamente.
- e) O agente público e o município, solidariamente.

28. Sobre as disposições da Lei Complementar nº 93/2003 referentes à posse em cargo público, analise os itens abaixo e assinale a alternativa que indica quais estão corretos:

- I. A posse ocorre com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente, sendo vedadas alterações unilaterais às condições descritas no termo, salvo os atos de ofício previstos em lei.
- II. A posse em cargo público ocorrerá para todos os cargos, independentemente da forma de provimento.
- III. É possível que a posse ocorra por procuração específica com firma reconhecida.

IV. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto de 30 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, a critério da Administração.

Escolha uma das opções abaixo:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas o item III está correto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

29. Durante situação de calamidade pública de âmbito nacional, um grupo de 25 Senadores apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional, a fim de constitucionalizar a regra segundo a qual é crime hediondo realizar queimadas. Era previsto, ainda, que essa nova regra atingiria pessoas que tivessem cometido o crime nos dois anos anteriores à entrada em vigor da emenda constitucional. Aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta, a emenda constitucional foi enfim sancionada pelo Presidente da República, promulgada e publicada.

À luz da Constituição, da doutrina e da jurisprudência, pode-se afirmar que a Emenda Constitucional assim aprovada apresenta vícios:

- a) em relação aos limites circunstanciais, formais e materiais
- b) em relação aos limites formais e materiais
- c) em relação apenas aos limites formais
- d) em relação aos limites circunstanciais e materiais
- e) apenas em relação aos limites circunstanciais

30. Considere o seguinte trecho de decisão do STF:

“Como já pacificado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, domicílio, numa extensão conceitual mais larga, abrange até mesmo o local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua um ambiente fechado ou de acesso restrito ao público, como é o caso típico dos escritórios profissionais.” (STF, Pleno, AgRg no RE nº 1.447.374/MS, relator Ministro Alexandre de Moraes, DJe de 01.10.2023).

Ao interpretar em sentido ampliativo a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, pode-se afirmar que a Corte adotou o princípio hermenêutico do (a):

- a) efeito integrador
- b) conformidade funcional
- c) interpretação conforme a constituição
- d) máxima efetividade
- e) harmonização

31. O Prefeito do Município de Várzea Grande-MT, irresignado com a aprovação pela Câmara Municipal de uma lei que, no entendimento do alcaide, viola a Constituição Federal, consultou sua assessoria jurídica sobre a possibilidade de ajuizamento de ação de controle concentrado, de competência do STF, sendo então corretamente informado que:

- a) é cabível o ajuizamento de ação de controle concentrado, mas apenas na esfera do TJMT
- b) é cabível o ajuizamento de ADPF perante o STF
- c) é cabível o ajuizamento de ADI no STF
- d) é cabível o ajuizamento de reclamação no STF
- e) é cabível o ajuizamento de ação ordinária no TJMT

32. O Município de Diamantino-MT editou lei ordinária disposta sobre o horário de funcionamento do comércio municipal. À luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que essa lei é:

- a) inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito comercial
- b) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar delegando essa competência
- c) constitucional
- d) inconstitucional, uma vez que a matéria, embora seja de competência municipal, exige lei complementar
- e) inconstitucional, por invadir a competência residual dos Estados.

33. Toda a região do Estado de Mato Grosso que vai de Barra do Garças até Ribeirão Cascalheira foi atingida por inundações que comprometeram gravemente a paz social e a ordem pública. À luz dessa situação, o Presidente da República decidiu utilizar-se do instrumento mais adequado para fazer frente a essa situação, sem, contudo, afastar a gestão estadual. De acordo com a Constituição, seria o caso de:

- a) decretação de estado de defesa
- b) decretação de intervenção federal
- c) decretação de estado de sítio
- d) solicitação de autorização ao Congresso Nacional para a decretação de estado de sítio
- e) solicitação de autorização ao Congresso Nacional para a decretação de estado de defesa

34. O Prefeito do Município do Cláudia-MT decidiu delegar ao Procurador-Geral do Município a competência para extinguir, mediante decreto, diversos cargos e funções públicas que estavam vagos. A oposição, porém, suscitou a constitucionalidade dessa medida. Pode-se afirmar que, à luz da Constituição e da jurisprudência:

- a) O prefeito possui essa competência, mas ela é indelegável
- b) O Prefeito não possui essa competência
- c) O Prefeito possui essa competência e ela é delegável, mas não para a autoridade citada
- d) O Prefeito possui essa competência, mas ela só pode ser delegada em situações excepcionais
- e) O Prefeito possui essa competência e ela é delegável, inclusive para a autoridade citada.

35. Nos termos da Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade:

- a) subsidiária
- b) complementar
- c) indireta
- d) solidária
- e) penal

CONTABILIDADE GERAL*Marcondes Fortaleza*

36. Analise as afirmações a seguir sobre os conceitos básicos, vantagens e desvantagens atinentes à análise de demonstrações:

- I. A análise das demonstrações, embora seja uma importante ferramenta gerencial, não é uma técnica contábil.
- II. A análise de demonstrações financeiras, também conhecida como 'análise de balanços', se restringe ao estudo do balanço patrimonial.
- III. Uma das limitações da análise é a não utilização de quantidades ou unidades físicas, juntamente com os valores.
- IV. Uma análise do fluxo de caixa projetado auxilia a desvendar os períodos em que se torna necessário reforço de recursos de caixa ou em que devemos aplicar recursos ociosos.

Estão incorretas as assertivas.

- a) I
- b) I e II
- c) III e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II, III e IV

37. A Cia. Y apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/2020:

Caixa	1.500	Fornecedores	900
Terrenos	800	Capital Social	1.000
		Reserva Estatutária	400
Ativo Total	2.300	Passivo + PL	2.300

Na data, o capital social era constituído por 1.000 ações com valor nominal de R\$ 1,00.

Em 2021, houve a necessidade da companhia adquirir ações de sua própria emissão. Qual o valor máximo que ela poderia adquirir?

- a) R\$ 400,00
- b) R\$ 1.000,00
- c) R\$ 1.400,00
- d) R\$ 1.500,00
- e) R\$ 2.300,00

38. Marque a alternativa correta:

- a) Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade.
- b) As subvenções relacionadas a ativo são subvenções governamentais que uma empresa recebe com o intuito de aumentar a sua produção, bem como as suas vendas, gerando um aumento no seu resultado líquido.
- c) A forma como a subvenção é recebida não influencia no método de contabilização a ser adotado.
- d) Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no patrimônio líquido deve ser feita em conta específica do passivo.
- e) Uma subvenção governamental que tenha que ser devolvida deve ser contabilizada como revisão de política contábil.

39. Em outubro de 2020, uma indústria adquiriu um equipamento para o ativo imobilizado pelo valor hipotético de R\$ 350.000,00. O pagamento desse ativo foi:

- 30% à vista;
- 20% em uma parcela ao final de 12 meses; e
- 50% em 36 parcelas mensais consecutivas.

Adicionalmente, verificou-se que a empresa recebeu, de um cliente, 70% de um valor total de R\$ 70.000,00, que se encontrava atrasado. Aproveitando essa oportunidade, pagou uma duplicata de um fornecedor no valor de R\$ 25.000,00.

Considerando apenas as operações contábeis descritas no mês de outubro de 2020 e desconsiderando qualquer aspecto relativo ao ajuste a valor presente, é correto afirmar:

- a) Não houve alteração no total do ativo e passivo da empresa.
- b) O ativo da empresa aumentou em R\$ 269.000,00.
- c) O passivo da empresa aumentou em R\$ 350.000,00.
- d) O ativo da empresa aumentou em R\$ 220.000,00.
- e) O patrimônio líquido variou, negativamente, em R\$ 130.000,00.

40. Em um trabalho de asseguração realizado na Cia. A, o auditor Constatou a existência física de um ativo imobilizado, adquirido pela entidade em julho de 2014 por R\$ 49.000,00 e imediatamente colocado em operação. A sua vida útil tinha sido estimada em 15 anos, e seu valor residual, em R\$ 1.000,00. Em 31.12.2018, o departamento contábil da companhia, seguindo a legislação pertinente, registrou uma perda desse ativo em função do teste de recuperabilidade respectivo, no valor de R\$ 2.000,00. Tendo feito os cálculos necessários, o auditor concluiu pela exatidão do teste realizado pela entidade.

Portanto, o valor recuperável desse ativo, em 31.12.2018, correspondeu, em R\$, a

- a) 45.000,00.
- b) 29.000,00.
- c) 31.000,00.
- d) 30.600,00.
- e) 32.600,00.

41. Em setembro de 2020 a empresa Calcedônia investiu R\$ 35.000,00 em ações de outras companhias, contabilizando a transação em seu ativo não circulante investimento. Desse investimento, R\$ 20.000,00 deverão ser avaliados por “Equivalência Patrimonial” e R\$ 15.000,00, pelo Método do Custo.

Durante o exercício em questão, as empresas investidas obtiveram lucros que elevaram seus patrimônios líquidos em 4%, tendo elas distribuído dividendos de tal ordem que coube à Calcedônia o montante de R\$ 600,00, sendo metade para os investimentos avaliados por Equivalência Patrimonial e metade para os investimentos avaliados pelo Método do Custo.

Com base nessas informações, podemos afirmar que, no balanço patrimonial da empresa Calcedônia relativo ao exercício de 2020, deverá constar contabilizado um investimento no valor de

- a) R\$ 35.000,00.

- b) R\$ 35.500,00.
- c) R\$ 35.800,00.
- d) R\$ 36.100,00.
- e) R\$ 36.400,00.

42. Uma Sociedade Empresária produz certo tipo de produto agrícola que é negociado em dois diferentes mercados ativos (Mercado A e Mercado B) a preços diferentes. Tanto o Mercado A quanto o Mercado B não são considerados o mercado principal para esse produto agrícola, mas a empresa pode acessar os preços do produto agrícola nesses dois mercados na data de sua mensuração. Outras informações também são conhecidas:

▪ Mercado A

R\$ 40,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 6,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 5,00/saca custos de transação no Mercado A

▪ Mercado B

R\$ 38,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 4,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 4,00/saca custos de transação no Mercado B

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do valor justo e NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, assinale a alternativa que apresenta o valor correto da mensuração do valor justo do produto agrícola negociado pela Sociedade Empresária.

- a) R\$ 40,00/saca.
- b) R\$ 38,00/saca.
- c) R\$ 34,00/saca.
- d) R\$ 35,00/saca.
- e) R\$ 30,00/saca.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***Gilmar Possati*

43. O Município Audazes dos Pampas adquiriu a prazo equipamentos de tecnologia de informação para a rede escolar municipal. Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que indica corretamente o lançamento do pagamento, no âmbito da natureza de informação patrimonial, das prestações dessa aquisição:

a) **Débito:** 1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

Crédito: 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)

b) **Débito:** 3.3.2.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva

Crédito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

c) **Débito:** 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)

Crédito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

d) **Débito:** 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago

Crédito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

e) **Débito:** 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado

Crédito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

44. À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que descreve corretamente o evento contábil e a demonstração contábil na qual esse evento pode ser encontrado.

a) Custo das Mercadorias Vendidas / Demonstração dos Fluxos de Caixa.

b) Ativo contingente / Balanço Patrimonial.

c) Provisões de Longo Prazo / Demonstração das Variações Patrimoniais.

d) Outras Receitas Derivadas e Originárias / Balanço Orçamentário.

e) Recursos Vinculados à Educação / Balanço Financeiro.

45. À luz da NBC TSP – Estrutura Conceitual, estão compreendidos no conceito de entidades do setor público e, portanto, devem aplicar as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, exceto:

a) Ministério Público

b) agências reguladoras

c) consórcios públicos

d) estatais independentes

e) fundações instituídas mantidas pelo poder público

46. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) fornecem informações sobre a situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa. A informação sobre a situação patrimonial

- a) contribui para as avaliações do desempenho e da liquidez e da solvência da entidade.
- b) indica como a entidade arrecadou e utilizou os recursos durante o período.
- c) pode subsidiar as avaliações sobre a conformidade da entidade com o que foi definido pelos responsáveis pela gestão financeira.
- d) possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório.
- e) auxilia os usuários a determinar se os custos operacionais foram financiados pelo aumento do nível de endividamento da entidade.

47. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é estruturado em três naturezas de informação. A natureza de informação patrimonial

- a) registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público.
- b) registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- c) registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.
- d) é estruturada em duas classes de contas do PCASP: classe 1 (ativo) e classe 2 (passivo e PL).
- e) é base para elaboração do balanço patrimonial, apenas.

48. A Universidade Audazes do Sul, por meio de sua assessoria jurídica, identificou uma provável entrada de recursos decorrente de um ativo contingente. À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o setor de contabilidade deverá

- a) reconhecer em conta patrimonial apropriada no balanço patrimonial.
- b) evidenciar como fluxo de caixa das atividades operacionais da entidade.
- c) registrar em conta de natureza orçamentária no balanço orçamentário.
- d) registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- e) apropriar como variação patrimonial aumentativa no resultado patrimonial do exercício.

49. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o quadro principal do balanço orçamentário evidencia

- a) as receitas informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções.
- b) os restos a pagar inscritos na condição de não processados liquidados em exercício anterior.
- c) os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas fases de execução.
- d) os saldos de restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados.
- e) as despesas orçamentárias apresentadas conforme a classificação funcional.

LICITAÇÕES E CONTRATOS*Antônio Daud*

50. José e Maria, estudiosos da Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) discutiam sobre a duração dos contratos administrativos, sendo que Maria afirmou corretamente que:

- a) É de no máximo 5 anos a vigência dos contratos de serviço continuado, inclusive quanto à operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.
- b) Terão a duração máxima de 35 anos os contratos de eficiência sem investimento.
- c) É vedado, em caráter absoluto, o estabelecimento de contrato administrativo por prazo indeterminado.
- d) Os contratos de fornecimentos contínuos terão duração de até 5 anos, embora possam ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal.
- e) Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência nunca poderá ser prorrogado.

51. O Parecerista Jurídico de determinado município mato-grossense, ao ser indagado pelo Prefeito municipal a respeito do contrato verbal, opinou corretamente que:

- a) será sempre admitido.
- b) somente será admitido nos municípios de até 10.000 habitantes.
- c) não é admitido, em qualquer situação, por força do princípio do formalismo contratual.
- d) é admitido enquanto não implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas.
- e) será admitido, excepcionalmente, nas pequenas compras ou serviços de pronto pagamento, limitadas a até R\$ 10.000,00.

52. No que se refere ao regramento dado pela Lei Federal 14.133/2021 a respeito dos Contratos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, embora possa onerar o objeto do contrato.
- b) O contratado será obrigado a corrigir, a suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- c) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários.
- d) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos trabalhistas, em qualquer situação.
- e) Sendo um ajuste personalíssimo, a legislação prevê que, na execução do contrato, o contratado está impedido de subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento.

53. Ao publicar edital de licitação para registro de preços, a autarquia municipal Alfa deverá se certificar que o edital disponha sobre, EXCETO:

- a) quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida.
- b) possibilidade de se previrem preços diferentes quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote.
- c) possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela.
- d) vedação de registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, em qualquer caso.
- e) vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

54. Em relação ao processo de padronização das compras governamentais, assinale a alternativa que CONTRARIA a Lei 14.133/2021:

- a) O processo de padronização deverá conter parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão, bem como síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.
- b) É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outra padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.
- c) As contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado serão disciplinadas em

regulamento que defina processo de gestão estratégica das contratações desse tipo de solução.

- d) Quando houver a possibilidade de compra e também de locação de bens, o estudo técnico preliminar (ETP) deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa, a fim de subsidiar a decisão entre estas alternativas.
- e) A Administração poderá exigir, em qualquer fase do certame licitatório, amostras do licitante provisoriamente vencedor.

55. A respeito dos princípios da Lei 14.133/2021, Adônis mencionou corretamente o seguinte princípio expresso:

- a) da legalidade, dado que a violação ao caráter concorrencial do certame poderá caracterizar ato de improbidade administrativa.
- b) da segregação de funções, segundo o qual as atividades sensíveis do procedimento licitatório devem ser atribuídas a agentes distintos.
- c) da vedação ao sigilo da proposta, pois todos os atos da licitação são públicos.
- d) da celeridade, que autoriza descumprimentos da lei para acelerar as compras públicas.
- e) do desenvolvimento global sustentável, o qual assegura a adoção de práticas que respeitem o meio ambiente.

56. O Ministério Gama, buscando incentivar a participação da sociedade civil em projetos de interesse público e recíproco, publicou chamamento público para que entidades privadas sem fins lucrativos apresentem projetos, sendo que haverá a transferência de recursos financeiros públicos à entidade vencedora do certame.

Considerando o regramento contido na Lei 13.019/2014, a mencionada avença terá forma de:

- a) convênio.
- b) contrato de repasse.
- c) termo de fomento.
- d) acordo de cooperação.
- e) termo de colaboração.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

57. Em sua prática, o auditor deve adotar procedimentos que reduzam o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias da auditoria. O risco de auditoria é dado em função dos componentes ou dimensões de risco. Um desses componentes é o risco inerente, que:

- a) depende do nível de tolerância a riscos definido no âmbito da organização;
- b) diz respeito ao risco de que uma distorção relevante possa ocorrer e não ser detectada e corrigida;
- c) é mensurado após a avaliação da eficácia dos controles internos;
- d) pressupõe a inexistência de controles implementados;
- e) se refere ao risco de não obtenção de evidências suficientes que suportem as conclusões do trabalho.

58. O Modelo das Três Linhas, concebido pelo Institute of Internal Auditors (IIA) para contribuir com as estruturas organizacionais na perspectiva das estratégias de gestão de riscos, define que a instância de auditoria interna tem papéis relacionados a:

- a) acompanhamento de processos apropriados ao gerenciamento de operações e riscos;
- b) assessoria independente e objetiva de questões relativas ao atingimento dos objetivos organizacionais;
- c) apoio e monitoramento de questões relacionadas a riscos na organização;
- d) provimento de análises sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos;
- e) supervisão da conformidade com as expectativas legais e regulatórias.

59. É correto afirmar que a eventual decisão da empresa de criação de alçadas de aprovação de pagamentos a serem realizados, conforme o seu valor, seria uma iniciativa ligada diretamente ao seguinte componente dos controles internos:

- a) gestão de riscos.
- b) informação.
- c) comunicação.
- d) atividades de controle.
- e) monitoramento.

60. Assinale a alternativa que traz a correta definição de “ambiente de controle”, como componente dos controles internos de uma organização.

- a) Refere-se ao tom estabelecido pela administração em relação à importância do controle interno dentro da organização. Ele inclui fatores como a cultura organizacional, o comprometimento da administração com o controle interno e a integridade e ética dos funcionários.
- b) Envolve a identificação e análise dos riscos que podem afetar o cumprimento dos objetivos da organização. Isso permite que a administração desenvolva medidas de controle apropriadas para lidar com esses riscos.
- c) São as políticas e procedimentos que a administração implementa para reduzir os riscos identificados na avaliação de risco. Isso inclui medidas como controles preventivos, detecção de erros e fraudes, segregação de funções e monitoramento.
- d) Envolve a coleta, processamento e disseminação de informações relevantes para a tomada de decisões. Também inclui a comunicação eficaz com as partes interessadas relevantes sobre questões de controle interno.
- e) Refere-se à supervisão contínua do sistema de controle interno pela administração. Isso envolve avaliações periódicas para garantir que os controles internos estejam funcionando conforme o planejado e que as mudanças no ambiente externo ou interno sejam devidamente refletidas nos controles internos.

61. Um jovem auditor designado para substituir um colega em uma equipe de auditoria foi requisitado a aplicar uma técnica de auditoria que gerasse evidências sobre a efetividade dos controles e a segregação de funções durante a execução de um processo de recebimentos e registro de matérias-primas em um parque fabril. Após analisar os papéis de trabalho, o auditor responsável questionou o jovem auditor por ter recorrido a

registros documentais fornecidos pela empresa em vez de realizar uma:

- a) confirmação externa;
- b) extração eletrônica de dados;
- c) indagação escrita;
- d) inspeção direta;
- e) observação direta.

62. De acordo com a NBC TA 700, auditor independente deve expor a sua conclusão sobre a adequação das demonstrações financeiras de uma empresa auditada, com base na auditoria realizada, no relatório de auditoria, na

- a) seção de responsabilidade da administração e do auditor.
- b) seção de opinião.
- c) seção de base para opinião qualificada.
- d) seção outros assuntos.
- e) seção de ênfase.

63. Uma equipe de auditores estava atuando na etapa inicial de um trabalho de auditoria em postos de atendimento de uma autarquia pública da área de análise de solicitações de benefícios assistenciais e previdenciários. A equipe de auditoria aplicou, em todos os postos de atendimento, um questionário padronizado de avaliação de controle interno, desenvolvido e validado em trabalhos anteriores.

Os questionários preenchidos no âmbito do trabalho de auditoria:

- a) constituem evidências do trabalho de auditoria em curso;
- b) devem passar por validação com outros procedimentos de auditoria;
- c) devem ser mantidos até a aprovação do relatório de auditoria;
- d) representam elementos de redução dos riscos de controle;
- e) são papéis de trabalho de natureza corrente.

64. Uma entidade pública passou por um processo de avaliação de suas práticas de integridade pública no âmbito do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). Como resultado da avaliação inicial, foi gerado um roteiro de atuação, expressamente pactuado entre o órgão de controle e a gestão da entidade avaliada. Nesse roteiro, estão previstas diversas ações a serem implementadas para aperfeiçoamento institucional, com vistas à prevenção de práticas de corrupção. A verificação da implementação efetiva das ações pactuadas, em termos de instrumentos de fiscalização, situa-se no âmbito do (a):

- a) acompanhamento;
- b) auditoria de escopo;
- c) levantamento;
- d) monitoramento;
- e) supervisão.

65. Na busca por evidências nos trabalhos de auditoria, há que se ter em conta alguns atributos. A confiabilidade é um deles, que assegura que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida. Ao avaliar uma evidência de auditoria sob o crivo da confiabilidade, é necessário considerar que:

- a) a adoção de abordagens uniformes na busca de evidências é recomendada;
- b) evidências analíticas, em geral, têm o mesmo nível de confiabilidade daquelas obtidas indiretamente;
- c) evidências de fontes externas, em geral, são mais confiáveis que internas;
- d) evidências documentais são tão confiáveis quanto orais, quando são reduzidas a termo;
- e) o uso de diferentes fontes de informação pode ser inconveniente e custoso.

66. Uma equipe de auditoria foi contratada para fazer um trabalho em que o objeto de auditoria foi mensurado, de acordo com os critérios aplicáveis, pela parte responsável (uma entidade pública) e as

informações foram fornecidas à equipe. Tais informações constituem a única fonte de evidência a que a equipe de auditoria terá acesso para proporcionar uma base razoável para expressar uma conclusão.

Nesse cenário, ao aceitar o trabalho, a equipe de auditoria deverá conduzi-lo conforme os Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público (NBASP 100/ ISSAI 100), especificamente as normas relativas a trabalhos de:

- a) acompanhamento e inspeção;
- b) asseguração razoável;
- c) monitoramento;
- d) relatório direto;
- e) certificação.

67. Com base nos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público (ISSAI 100), a norma ISSAI 200 foi desenvolvida para abordar os princípios-chave relacionados a uma auditoria de demonstrações financeiras no setor público. Um trabalho de auditoria financeira em entidades públicas, consoante disposições da citada norma, tem como foco:

- a) assessorar a elaboração de notas explicativas às demonstrações financeiras da entidade;
- b) certificar a razoabilidade das bases para participações e distribuição de resultados;
- c) determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada de acordo com o marco regulatório aplicável;
- d) fundamentar o processo de avaliação da efetividade das políticas públicas executadas pela entidade auditada;
- e) prover informações sobre a regularidade da execução orçamentária para subsidiar o controle social.

- 68.** A auditoria operacional em uma entidade do setor público tem como foco
- a) auferir se um objeto particular está em conformidade com normas identificadas como critérios.
 - b) averiguar se os funcionários trabalham de acordo com as normas estabelecidas pela entidade, com o intuito de incentiva-los a fazê-lo.
 - c) avaliar se as atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
 - d) obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir que o auditor opine que as informações financeiras estão livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro.
 - e) determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.

CONTROLE INTERNO, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS

Guilherme Santanna

- 69.** Tomando como base o Modelo de Três Linhas, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) O Modelo de Três Linhas (anteriormente conhecido como Três Linhas de Defesa) ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos
 - b) O Modelo de Três Linhas é aplicável a todas as organizações.
 - c) Todos os papéis que trabalham juntos contribuem coletivamente para a criação e proteção de valor quando estão alinhados entre si e com os interesses priorizados dos stakeholders.

d) A independência da auditoria interna em relação a responsabilidades da gestão é fundamental para sua objetividade, autoridade e credibilidade.

e) A responsabilidade da gestão de atingir os objetivos organizacionais compreende os papéis da segunda e terceira linhas.

70. Um analista foi designado para ser parte integrante da auditoria interna, que corresponde à:

- a) terceira linha de defesa, pois atuará em uma função que supervisiona riscos;
- b) terceira linha de defesa, pois atuará em uma função que fornece avaliações independentes;
- c) segunda linha de defesa, pois atuará em uma função que supervisiona riscos;
- d) segunda linha de defesa, pois atuará em uma função que fornece avaliações independentes;
- e) primeira linha de defesa, pois atuará em uma função que supervisiona riscos.

71. O texto das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, elaboradas pelo The Institute of Internal Auditors (IIA), aborda os requerimentos aplicáveis às atividades de avaliação (assurance) ou de consultoria.

Se um auditor assume um serviço de avaliação (assurance), deve observar que:

- a) a natureza do trabalho está sujeita a um acordo com o cliente do trabalho;
- b) o escopo do trabalho de avaliação é determinado pelo auditor interno;
- c) o trabalho é realizado a partir da solicitação específica de um cliente do trabalho;
- d) o trabalho envolve duas partes: o auditor interno e o cliente do trabalho;
- e) envolvem trabalhos de assessoria, treinamento e facilitação.

72. Assinale a alternativa que apresenta características associadas ao risco de detecção.

- a) Consiste em um risco do auditor e depende das técnicas empregadas por ele, podendo ser controlado.
- b) Risco de que a opinião expressa pelo auditor seja inadequada quando não existirem distorções relevantes no objeto auditado.
- c) Não é passível de controle, mas deve ser avaliado pelo auditor para que alcance um nível aceitável.
- d) É a suscetibilidade de uma afirmação antes da consideração dos controles.
- e) Risco de que a organização não alcance os seus objetivos

73. Destaca a importância da gestão de riscos na definição e na execução da estratégia e na gestão do desempenho organizacional. O modelo proporciona maior alinhamento às expectativas em torno das responsabilidades das instâncias de governança e da alta administração no cumprimento das suas obrigações de accountability.

O texto acima refere-se ao modelo de gestão de riscos conhecido como:

- a) COSO II – ERM (2004)
- b) COSO GRC (2017)
- c) ISO 31000
- d) The Orange book
- e) Três linhas de defesa.

74. O COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), é uma entidade privada sem fins lucrativos e com objetivo de aperfeiçoar a qualidade de relatórios financeiros, em especial quanto à ocorrência de fraudes.

Baseado no tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em 2004, o COSO publicou o Enterprise Risk Management - integrated framework (COSO ERM ou COSO II). Esse modelo, foi projetado com o objetivo de orientar as organizações no estabelecimento de um processo de gestão de riscos corporativos e na aplicação de boas práticas sobre o tema
- b) De acordo com o COSO II, a estrutura de gerenciamento de riscos é orientada a fim de alcançar os objetivos de uma organização, classificados em quatro categorias: estratégicos, operações, comunicação e conformidade
- c) A versão 2013 do COSO *Internal Control — Integrated Framework* define a relação existente entre controle interno, gestão de riscos corporativos e a governança corporativa.
- d) O modelo COSO-ERM, ao orientar a aplicação de um processo de gestão de riscos corporativos, substitui o modelo COSO-IC pela inclusão de componentes e elementos adicionais que asseguram a realização de todas as atividades necessárias.
- e) O framework proposto pelo COSO para a Estrutura Integrada de Controles Internos é flexível e deve ser adaptado para a realidade de cada organização.

75. Sobre os componentes da estrutura de controles internos, analise os itens a seguir:

- I. a avaliação de risco é o processo permanente de identificação e análise dos riscos relevantes que impactam o alcance dos objetivos da organização e determina a resposta apropriada ao risco.
- II. as informações produzidas pelo órgão ou entidade devem ser apropriadas, tempestivas, atuais, precisas e acessíveis, devendo ser identificadas, armazenadas e comunicadas de forma que, em determinado prazo, permitam que os funcionários e servidores cumpram suas responsabilidades, inclusive a de execução dos procedimentos de controle interno.
- III. o monitoramento é obtido por meio de revisões específicas ou monitoramento contínuo, independente ou não, realizados sobre todos os demais componentes de controles internos, com o fim de aferir sua eficácia, eficiência, efetividade, economicidade, excelência ou execução na implementação dos seus componentes e corrigir tempestivamente as deficiências dos controles internos.

Estão corretos os itens:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) I apenas

As palavras que preenchem corretamente às lacunas são, respectivamente:

- a) ambiente físico; ambiente político.
- b) ambiente interno; ambiente externo.
- c) ambiente estrutural; ambiente sociológico.
- d) ambiente externo; ambiente interno.
- e) ambiente político; ambiente externo.

77. A empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Além disso, a referida empresa identificou que um grande concorrente direto do mercado foi a falência.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS

Stefan Fantini

76. A matriz SWOT, ferramenta utilizada em planejamentos estratégicos, busca mapear tanto oportunidades e ameaças, elementos relacionados ao _____ da organização, quanto forças e fraquezas, os quais estão relacionados ao _____ da organização.

78. A técnica que consiste em reunir um grupo de pessoas para que elas exponham suas opiniões, ideias ou sugestões, em que os participantes são estimulados e incentivados a produzir, sem qualquer crítica ou censura, o maior número de ideias e sugestões sobre determinado assunto ou problema é chamada de

- a) SIPOC
- b) Análise SWOT
- c) Brainstorming
- d) Ciclo PDCA
- e) Matriz BCG

79. Indique a ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas (Plan, Do, Check, Act).

- a) Diagrama de Pareto
- b) Diagrama de Ishikawa
- c) Ciclo de Deming
- d) Análise SWOT
- e) Matriz GUT

80. A ferramenta que permite ao gestor “visualizar” e “entender” quais são as causas que estão gerando determinados efeitos (problemas) é chamada de

- a) Diagrama de Pareto;
- b) Análise SWOT;
- c) Diagrama de Ishikawa;
- d) Matriz GUT;
- e) 5W2H.

Discursiva 1

A Controladoria Geral do Município X identificou falhas na integração dos instrumentos de planejamento e orçamento, comprometendo a eficiência e a transparência na execução das políticas públicas. Entre os problemas estão a incoerência entre os programas do PPA e as diretrizes da LDO, a falta de critérios objetivos para a limitação de empenho e inconsistências no orçamento da seguridade social. A equipe de auditores foi designada para elaborar um parecer técnico com soluções para assegurar a coerência e a integração entre o PPA, a LDO e a LOA.

Tendo por base a situação hipotética apresentada, responda aos seguintes tópicos:

1. Descreva os principais objetivos e a estrutura do PPA e sua relevância para o alinhamento das políticas públicas;
2. Explique o papel da LDO na integração do planejamento orçamentário, destacando os anexos de metas fiscais e riscos fiscais;
3. Proponha como a estrutura da LOA pode ser aperfeiçoada para promover maior controle e eficiência no uso dos recursos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Durante uma auditoria realizada pela Controladoria Geral do Município X, foram identificados problemas relacionados à gestão fiscal. Entre as irregularidades estão a concessão de benefícios fiscais sem a devida análise de impacto financeiro, o aumento de despesas de caráter continuado sem a indicação da fonte de custeio e a realização de transferências voluntárias sem o cumprimento das condições previstas na legislação. Diante disso, foi solicitado à equipe de auditores de controle interno a elaboração de um parecer para orientar a administração quanto ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Tendo por base a situação hipotética apresentada, responda aos seguintes tópicos:

1. Explique os princípios da LRF e como eles promovem a responsabilidade na gestão fiscal;
2. Analise os requisitos para a renúncia de receitas e o controle sobre despesas de caráter continuado, de acordo com a LRF;
3. Proponha medidas que garantam o cumprimento das normas para transferências voluntárias e transparência fiscal no município.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 3

Redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5º, inciso XI.

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de domicílio para a Constituição Federal;
- b) Hipóteses de admissibilidade de violação domiciliar;
- c) Posição jurisprudencial (STF) acerca dos limites para a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial;
- d) Autoridades com poder de ordenar a violação domiciliar.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Peça Técnica

Você é auditor de controle externo no Tribunal de Contas e foi designado para analisar o processo licitatório da Prefeitura do Município X, que adotou a modalidade de diálogo competitivo para contratar uma solução tecnológica inovadora de gestão de resíduos sólidos. Durante a auditoria, constatou-se que a prefeitura:

1. Não realizou os estudos técnicos preliminares obrigatórios antes da publicação do edital;
2. O edital apresentava critérios de julgamento imprecisos, sem clareza suficiente para garantir a transparência e a competitividade;
3. Não foi demonstrado, nos documentos apresentados, o motivo pelo qual as modalidades tradicionais de licitação foram consideradas inadequadas para o caso;
4. Não foram estabelecidos mecanismos adequados de gestão e mitigação de riscos no contrato, mesmo sendo exigidos pela Lei nº 14.133/2021;
5. Houve ausência de publicidade adequada no aviso de licitação, o que pode ter prejudicado a competitividade do certame.

Com base nos pontos acima, elabore um parecer técnico que aborde os seguintes aspectos:

1. A adequação da escolha do diálogo competitivo para o objeto em questão, considerando os requisitos legais;
2. A obrigatoriedade e a importância dos estudos técnicos preliminares para o planejamento da licitação;
3. A conformidade dos critérios de julgamento com os princípios da transparência, isonomia e competitividade;
4. A necessidade de previsão de mecanismos de gestão e mitigação de riscos nos contratos administrativos;
5. O impacto da ausência de publicidade no cumprimento do princípio da ampla concorrência.

Apresente sua análise fundamentada em cada tópico, à luz da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios gerais das contratações públicas. Finalize o parecer com uma conclusão clara sobre a regularidade do processo licitatório.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Folha de Resposta

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>